



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

**“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”**

**04 a 06 de novembro de 2021**



## **A MULHER INDÍGENA TERENA NO ENSINO SUPERIOR: TENSÕES E POSSIBILIDADES**

Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)

Aparecida dos Santos de Sousa

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)

Fátima Cristina Duarte Ferreira da Cunha

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

O artigo traz como tema; a mulher indígena Terena no ensino superior: tensões e possibilidades. O objetivo foi compreender quais os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas que objetivam entrar no ensino superior. A pesquisa é de natureza qualitativa. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, realizada por vídeoconferência pelo aplicativo de mensagem *WhatsApp*. O sujeito da pesquisa é uma mulher indígena Terena, de 29 anos, acadêmica do curso de pedagogia, de uma universidade pública, localizada em município da região centro-oeste, Brasil. Os resultados demonstraram que os principais desafios enfrentados pelas mulheres indígenas terena no ingresso ao ensino superior são os seguintes; práticas discriminatórias, a dificuldade de compreensão da linguagem científica, as longas viagens da aldeia até a universidade, falta de condições financeiras para custear o material didático necessário para os estudos e de acesso a internet para realização de pesquisas acadêmicas entre outras. Todas essas implicações negativas trazem como resultado a desistência de uma parcela significativa de estudantes indígenas da universidade. Compreendemos por meio das análises que somente políticas públicas de acesso não são suficientes para que esses alunos concluam seus estudos, é necessária formação continuada aos professores de maneira que eles possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas de acordo com a realidade vivida por esses alunos e projetos de integração e valorização da cultura desses povos originários de maneira que eles se sintam parte do processo de ensino e adquiram a aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Educação. Ensino Superior. Mulher Indígena Terena.

### **INTRODUÇÃO**

Na sociedade contemporânea a participação da figura feminina já é uma realidade no cenário político, econômico, empresarial e educacional entre outros. De alguma forma as mulheres a partir da revolução industrial vão criando estratégias para ocupar outros espaços na sociedade que não seja a de dona do lar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

***“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”***

**04 a 06 de novembro de 2021**



Por meio do ingresso na educação básica, no ensino técnico profissionalizante e/ou ensino superior elas vão buscando formação nas mais diferentes áreas do conhecimento visando fomentar sua criatividade, autonomia e protagonismo no mercado de trabalho. Também é um possível caminho para que “possam ser reconhecidas pela sua capacidade ou pioneirismo, ou seja, a mulher, estimulada à produção de novos comportamentos, promove o surgimento de outras identidades que a instituem como sujeito social” (VERONESE, 2008, p. 35).

Nas comunidades indígenas a luta das mulheres pelo acesso a outros espaços sociais não é diferente com destaque para o educacional. Notamos que a presença da mulher indígena no ensino superior nesse município tem crescido nos últimos dez anos, “acredita-se que tal crescimento efetivou-se pela universalização do ensino fundamental e médio e das ações afirmativas voltadas para o ingresso e permanência nas universidades” (SILVA e MARQUES, 2016, p. 109).

Outro fator determinante que contribuiu para o acesso das mulheres indígenas no ensino superior foi à implantação da Lei Federal nº 12.711/2012, assinada pela presidenta da República do Brasil Dilma Rousseff, que dispõe no Art. 3º a seguinte determinação; “em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas [...]”. (BRASIL, 2012).

A lei determinou que um percentual de vagas do ensino superior fosse reservado aos indígenas. A disposição da lei garante o acesso, mas talvez não seja a garantia da permanência tamanho são os desafios vivenciados por esses povos originários que ao deixarem suas comunidades adentram um ambiente universitário permeado de práticas discriminatórias tendo que a todo o momento demonstrar sua capacidade intelectual, que não são seres selvagens, que sua cultura também é relevante e seu pertencimento étnico é motivo de orgulho, empoderamento e fortalecimento indenitário.

O interesse pela temática surge no ambiente acadêmico no ensino superior enquanto cursávamos o mestrado em educação. Várias vezes presenciamos práticas discriminatórias direcionadas a alunas indígenas, uma forma agressiva e inadmissível de demonstrar a essas mulheres que não eram bem vindas ao espaço acadêmico.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

**“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”**

**04 a 06 de novembro de 2021**



Diante do contexto apresentado, o presente estudo visa compreender quais os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas que objetivam entrar no ensino superior.

## **METODOLOGIA**

Ter consciência do objeto, traçar os objetivos e fazer um planejamento detalhado é um possível caminho para obter de maneira mais assertiva os resultados que se almeja.

A pesquisa é de cunho qualitativo. A escolha por esse caminho se dá por entendermos que a utilização da “pesquisa qualitativa nos permite analisar os “microprocessos”, estudando as interações sociais de um determinado grupo pertencendo a ele ou não, [...] realizando um exame intensivo dos dados” coletados (MARTINS, 2004, p. 289).

A coleta de dados foi feita por meio da entrevista semiestruturada. Esse instrumento tem como característica principal “a formulação de perguntas embasadas por concepções teóricas referentes à temática pesquisada, possui um roteiro pré-determinado, mas não é rígido, é flexível, adaptável, dialogado” (ELEOTÉRIO e PANIAGO, 2021, p. 56).

A entrevista foi realizada no dia em que a aluna foi fazer uma pesquisa na universidade que estuda para ter acesso a internet, por videoconferência pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Com o agravamento da pandemia da Covid-19 a partir do mês de março do ano de 2019, um vírus letal que ataca principalmente o sistema respiratório humano, que dizimou milhares de milhões de pessoas no mundo inteiro cada vez mais os pesquisadores de maneira global tem utilizado o celular para desenvolverem suas pesquisas pela “versatilidade, funcionabilidade, tamanho e mobilidade” (MERIJE, 2012, p. 17).

Foram entrevistadas três mulheres indígenas Terena, acadêmicas dos cursos de história, biologia e pedagogia de uma universidade pública localizada na região centro-oeste, Brasil. Após analisarmos o conteúdo dos diálogos entendemos que as três participantes mencionavam de maneira diferente os mesmos desafios, por esse motivo trazemos para a pesquisa como sujeito apenas a aluna do curso de pedagogia para



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

***“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”***

**04 a 06 de novembro de 2021**



representar as outras acadêmicas. A participante tem 29 anos de idade e recebeu nesse estudo o nome fictício de Solange.

A pesquisa foi realizada no mês de setembro do ano de 2020. Informamos a participante da relevância da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pesquisador e entrevistado. Que sua participação como sujeito era voluntária, que poderia desistir a qualquer momento se assim desejasse e que seu acesso aos dados durante todo o desenvolvimento da pesquisa era permitido.

Informamos ainda a participante que futuramente o estudo poderia vir a ser apresentado em congresso, seminário e/ou poderia vir a se tornar capítulo de livro da área educacional.

## **A MULHER INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR**

Segundo pesquisas na área de ciências sociais as mulheres indígenas de maneira global passam por diferentes situações sociais discriminatórias causadas principalmente pela forte influência cultural machista de sua comunidade de origem e da sociedade externa quando o assunto é educação formal. No município onde a pesquisa foi desenvolvida o cenário social não é diferente.

Desejar participar da educação formal para as mulheres indígenas Terenas implica em sérios desafios uma vez que

a educação formal escolar sempre foi privilégio masculino, cabendo às mulheres apenas saberem copiar seu nome e sobrenome. Essa é a realidade vivida por essa sociedade até algumas décadas atrás e que deixou de ser uma prática, abrindo espaços ao avanço das mulheres no campo da formação científica. (SEBASTIÃO, 2017, P. 1).

Porém, nos últimos anos esse cenário vem mudando consideravelmente. É perceptível em quase todos os espaços sociais do município inclusive o escolar e universitário a presença marcante dessas mulheres que aos poucos levantam sua voz por meio de diversas estratégias como forma de resistência e ocupam esses espaços que também lhes pertencem por direito.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

***“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”***

**04 a 06 de novembro de 2021**



O que percebemos é que não só nas comunidades indígenas, mas de maneira geral ocorre a difusão de um discurso colonial machista onde a figura feminina é descrita como de uma pessoa frágil, vulnerável, passiva e totalmente dependente da figura masculina que às vezes mesmo lhes oprimindo alegam proteção.

Nesse sentido, com o passar dos anos uma parcela significativa de mulheres indígenas que compõe a sociedade contemporânea não aceita mais esse lugar invisível de submissão. De acordo com Sebastião (2017, p. 2) “Essas mudanças que abrangem o comportamento das mulheres Terena estão ligadas às forças políticas e econômicas também, proporcionando a elas uma nova visão de mundo”. A autora ainda explica:

Somos parte de um grupo minoritário em que a resistência é caracterizada pelo uso e aglutinação de novos elementos culturais em empréstimos provenientes da sociedade nacional como forma de resistência. A resistência étnica é afirmada pelo reconhecimento à identidade, pelo pertencimento ao grupo étnico, pela manutenção da língua de origem, pela tradição e pela crença. (SEBASTIÃO, 2017, p. 1).

A autora pontua que mesmo pertencendo a um grupo minoritário que é a população indígena em relação ao todo social composto por pardos, pretos e brancos, a participação da comunidade indígena na sociedade comum de alguma forma contribui para que eles adquiram conhecimento e novos elementos culturais e os utilizem a seu favor para resistir.

Entendemos que as desvantagens presentes no campo social, político, educacional e econômico entre outras com relação ao lugar que a mulher ocupa na sociedade são consideradas por alguns autores como um tipo de violência simbólica, é como se o gênero masculino tivesse o sinônimo de poder e o feminino de submissão e consentimento a dor, ao sofrimento, a segregação sem direito a reclamação. Compreendemos pelo estudo da bibliografia que em quase todas as sociedades

cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares. As mulheres, pelo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

***“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”***

**04 a 06 de novembro de 2021**



contrário, estando situado do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem serem-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos. (BORDIEU, 2005, p. 41).

A referida citação traz uma alusão comum a figura feminina que é predominantemente arcaica, retrograda e patriarcal refletida em situações cotidianas que vão sendo naturalizadas ao longo dos anos tais como a ocupação de mesmo cargo com o salário da mulher sempre menor que o do homem, os altos índices de feminicídio e de estupros que a todo momento virão capas de jornais e revista nacionais e internacionais. Nesse sentido,

considerando as mulheres indígenas como parte de um sistema maior, isto é a humanidade, elas passaram a sofrer também as condições sociais hegemônicas ocidentais, as quais como se indicou têm particularidades muito próprias (coisificação da mulher, pornografia, prostituição, etc.), mas sem esquecer que as mulheres indígenas também têm problemas próprios baseadas em algumas tradições ou costumes, como são o patriarcado, o machismo, alguns ritos religiosos que denigram à mulher, etc. (PINTO, 2010, p. 2).

A palavra resistência para as mulheres Terena é pronunciada todos os dias como se fosse um mantra, na atualidade elas querem escolher seus parceiros, estudar e ter uma profissão e isso não implica dizer que querem abandonar sua cultura, seus valores, sua tradição.

Segundo Sebastião (2017) uma parcela significativa de mulheres indígenas Terena que visam a formação no ensino superior tem como objetivo principal retornar a sua aldeia e por meio dos conhecimentos adquiridos na academia de algum forma poder ajudar o seu povo em questões territoriais, de saúde e também para a formação e empoderamento de novas lideranças femininas.

No município onde o estudo foi desenvolvido a presença da mulher Terena no ensino superior já é uma realidade, porém os desafios são constantes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

**“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”**

**04 a 06 de novembro de 2021**



no percurso dessas mulheres, entre as idas e vindas de seus territórios de pertença os centros urbanos onde se situam as instituições acadêmicas, o choque cultural tornou-se um dos marcos históricos. Apesar do convívio mesmo que esporádico, com os purútuye (não indígena), não ficaram isentas de um forte estranhamento da cultura do outro. (SEBASTIÃO, 2017, p. 4).

Apesar de o município ser cercado por quase doze aldeias e haver uma forte influência cultural indígena na cidade é uma constante presenciar em escolas e universidades casos de práticas discriminatórias da sociedade comum a esses povos originários como o *bulliyng* e o *ciberbulling*, bem como a negação a direitos básicos fundamentais como a saúde.

Todos os indivíduos e os grupos têm o direito de serem diferentes, a se considerar e serem. Considerados como tais. Sem embargo, a diversidade das formas de vida e o direito à diferença. Não podem em nenhum caso servir de pretexto aos preconceitos raciais; não podem legitimar nem um direito nem uma ação ou prática discriminatória, ou ainda não podem fundar a política do apartheid que constitui a mais extrema forma do racismo. (DECLARAÇÃO SOBRE RAÇA E PRECONCEITOS RACIAIS, 1987, p. 2).

Porém segundo Sebastião (2017) um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres Terena no ensino superior são os jargões acadêmicos eles

foram elementos desafiadores para àquelas que tinham a língua de origem como a primeira língua, um grande desafio que, segundo elas, foi aos poucos superado. O convívio com novas pessoas de diferentes culturas propiciou a elas grandes descobertas e, seguindo a dinâmica cultural, pode aglutinar novos hábitos a sua forma de agir, facilitando, dessa maneira, a convivência com os não indígenas. (SEBASTIÃO, 2017, p. 4).

Se para nós que vivemos mergulhados nessa cultura hegemonicamente eurocêntrica é difícil compreender a linguagem científica que os professores universitários se comunicam é compreensível que as mulheres Terena que possuem outra língua materna apresentem como um dos maiores desafios a compreensão desses jargões.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

***“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”***

**04 a 06 de novembro de 2021**



Num estudo realizado em Portugal (IPEC, 2005-2008) verificou-se que um dos constrangimentos que tanto investigadores como professores referenciam como obstáculo era a linguagem, nomeadamente: o ensino da linguagem científica aos alunos; a dificuldade de compreensão do jargão proveniente da investigação (o discurso teórico); a dificuldade de leitura de textos, quer curriculares, quer provenientes da investigação. (OLIVEIRA et al., 2009, p. 21).

Além da dificuldade para a compreensão da linguagem científica, das práticas discriminatórias com relação a cultura, ao vestuário, aos ritos, ao jeito de ser e viver das mulheres indígenas Terena, apresentamos também as longas distâncias entre a universidade e as aldeias. Cotidianamente a viagem é feita em um ônibus cedido pelo município, alguns desses meios de transporte encontram-se em péssimo estado de conservação, mas isso não se torna um impeditivo para que elas busquem novas possibilidades por meio da educação superior de alcançar os objetivos que traçaram para suas vidas.

Sob a ótica dos povos indígenas, as experiências em andamento confirmam que a educação superior pode contribuir significativamente, para criar melhores condições de sustentabilidade e autonomia das populações indígenas no Brasil. Exige, porém, das Universidades, repensarem suas metodologias de ensino e questionamento do saber historicamente sedimentado, a partir da visão de mundo ocidental. (BRAND e NASCIMENTO, 2008, p. 127).

A busca da mulher indígena Terena pelo ensino superior é o resultado de sua interação com a sociedade e a cultura urbana, nesse sentido a uma forte tendência que com as vivências ocorra a absorção de uma parcela significativa dos ideais dessa outra cultura que é predominante na sociedade contemporânea como o acesso a internet e as tecnologias digitais e vestuários entre outros.

Cada vez mais as mulheres Terena vão entendendo que o acesso a educação superior é um possível caminho para resistiram as lutas diárias que resultam na perda de seus territórios e na reafirmação do seu papel social como cidadãs de direito.

Como meio de contribuir para que esse objetivo seja alcançado escolas e universidades necessitam ofertar formação inicial e continuada para atender a diversidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

**“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”**

**04 a 06 de novembro de 2021**



de povos presentes em seus bancos institucionais com metodologias acessíveis e discursos compreensíveis. A educação é uma atividade onde o diálogo é o caminho para a aprendizagem, se não há interação o processo de ensino é perdido.

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar (LIBÂNEO, 1990, p. 76)

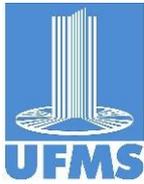
Ao implementar políticas públicas e ações afirmativas de alguma forma o governo federal contribui para que a população indígena tenha acesso ao ensino superior. Segundo Sebastião (2017, p. 9) “O acesso à educação tem sido um dos fatores mais relevantes e determinantes para o protagonismo das mulheres Terena” no município onde reside.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como foi citado anteriormente na introdução o objetivo da pesquisa foi compreender quais os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas que objetivam entrar no ensino superior. Começamos a entrevista perguntando a acadêmica como ela ingressou na universidade, Solange responde:

*Ingressei no ano de 2018, por meio do SISU com as cotas destinadas a indígenas. Um sonho muito desejado agora realizado. Mas tinha consciência que não será um processo fácil ao mesmo tempo em que fiquei feliz também fiquei apreensiva com os futuros desafios. Como sou indígena não sabia como ia ser recebida pelos outros alunos, pelos professores, mas resolvi enfrentar. Quero me formar e retornar a minha comunidade para ajudar na formação de meus patrícios. (PESQUISA DE CAMPO - ENTREVISTA – 08/10/2020).*

Solange é acadêmica 6º semestre do curso de pedagogia, é a primeira mulher universitária de sua família, para ela, motivo de orgulho e também de quebra de paradigmas, pois por meio da formação vai poder optar por novos caminhos poderá



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



abandonar o trabalho de feirante e atuar como professora da educação infantil e/ou das series iniciais do ensino fundamental.

As políticas públicas de inclusão dos povos indígenas na universidade e atenção às mulheres estão baseadas nessas recomendações, nas quais defende-se a necessidade de reconhecimento e apoio ao direito das mulheres e das meninas indígenas à escolarização, bem como a promoção de uma educação que atenda às necessidades, aspirações e culturas indígenas, mediante a elaboração de programas educativos, planos de estudo e meios didáticos apropriados nas línguas das populações indígenas: como a participação da mulher indígena nesse processo. (FAUSTINO et al., 2020, p. 10).

Segundo as autoras, políticas públicas que garantam o acesso é relevante para a inclusão das mulheres indígenas no ensino superior, porém seria relevante que a formação ofertada pelas universidades fosse voltada para reafirmar os valores culturais e a língua materna desses povos originários, com processo de ensino e materiais didáticos-pedagógicos elaborados de acordo com a realidade que eles vivenciam em suas comunidades. Esse seria um possível caminho para que a aprendizagem fizesse sentido.

Perguntamos a acadêmica como ela foi recebida em sala de aula, ela diz:

*No começo fui bem recebida pela turma, parecia né, só que depois fui me sentindo excluída, pois quando os professores pediam para formar grupos de trabalho eu nunca era escolhida, mas eu não me importo. Também têm a distância a aldeia é longe, saio cedo e na maioria das vezes não tenho dinheiro para o lanche, para as xerox, para os livros porque preciso ajudar em casa com o dinheiro da minha bolsa permanência. Por na aldeia não ter acesso a internet tenho que correr e fazer todas as pesquisas na universidade e as vezes o que os professores falam não é compreensível pra mim aí os alunos me olham de um jeito, aí me sinto desvalorizada. É minha roupa, é meus adereços, é minha fala tudo é motivo de estranhamentos. Se vocês entrevistarem outros alunos indígenas vão entender que é assim comigo e com meus patrícios, a maioria já desistiu. (PESQUISA DE CAMPO - ENTREVISTA – 08/10/2020).*

Questionamos a acadêmica se o fato dela dizer que não se importa por não conseguir fazer parte de outros grupos de estudo mesmo já estando no 3 ano do curso não é uma maneira que ela encontrou de resistir a exclusão e seguir em frente nos estudos, ele

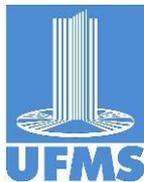


fala: *“Não é uma situação agradável porque eu me ofereço para participar e sempre é a mesma desculpa o grupo está completo, não insisto mais, me excluindo ou não vou concluir o curso”* (SOLANGE).

O racismo implica uma relação de inferiorização de determinados grupos socialmente construídos como raciais. Ele tem diversas faces podendo se manifestar de variadas maneiras, que vão desde imperceptíveis às mais escancaradas ações. Constatamos que o racismo pode ocorrer através de: (1) discriminação externalizada em atitudes explícitas; (2) do preconceito, concebido no íntimo das pessoas, que naturaliza percepções e (3) na segregação de grupos em determinados ambientes. Assim, o leque de vocábulos usados para desviar da nomeação do racismo são desdobramentos dos próprios sentimentos que levam à ação. No caso dos indígenas, é comum entender e nomear as “partes”, discriminação, preconceito, mas ainda é raro reconhecer o “todo” como racismo. (PEIXOTO, 2020, p. 29-30).

Compreendemos por meio das falas da acadêmica que as práticas discriminatórias são recorrentes de maneira velada e aos poucos são naturalizadas no espaço de sala de aula. Perguntamos a ela o que os professores faziam para mudar esse cenário de exclusão, ela diz: *“Eles me olham, vão à minha carteira, perguntam se eu preciso de ajuda, sentam comigo e me explicam detalhadamente todas as dúvidas que tenho e me motivam a buscar meu espaço”*, aluna para de falar por alguns instantes, vira a câmera do celular para que nós pudéssemos ver seu olhar que estava fixo em uma janela onde avistamos uma árvore cheia de araras azuis e depois volta a falar: *“Eu queria que eles entendessem que eu posso chegar no mesmo lugar que eles, sem deixar de ser quem eu sou. Sou semente pode vir a seca e o fogo, mas na hora que chover eu broto de novo”* (SOLANGE).

Uma das funções sociais do professor é por meio de suas práticas pedagógicas realizarem uma “ação cultural para a liberdade”, por isto mesmo, ação com eles [...] Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação dos homens e não das “coisas” (FREIRE, 1987, p. 30). Acreditamos que colocar o assunto em pauta para o debate seria relevante para que essas práticas de exclusão amenizassem e/ou cessassem. A educação também é um ato político para fomentar a aprendizagem, autonomia, o protagonismo dos alunos e jamais deve ser pensada como uma atividade neutra.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

***“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”***

**04 a 06 de novembro de 2021**



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os dados coletados por meio da entrevista semiestruturada os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas no ensino superior são os seguintes; práticas discriminatórias, a dificuldade de compreensão da linguagem científica rebuscada, as longas viagens da aldeia até a universidade, falta de condições financeiras para se alimentar e custear o material didático necessário para os estudos e de acesso a internet para realização de pesquisas acadêmicas entre outras. Todas essas implicações negativas trazem como resultado a desistência de uma parcela significativa de alunos indígenas dessa universidade.

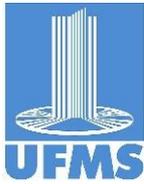
Compreendemos por meio das análises que somente políticas públicas de acesso não são suficientes para que esses alunos concluam seus estudos, é necessário ofertar formação continuada aos professores de maneira que eles possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas de acordo com a realidade vivida por esses alunos e projetos de integração e valorização da cultura desses povos originários de maneira que eles se sintam parte do processo de ensino e adquiram a aprendizagem.

Também seria fundamental que essas instituições desenvolvessem projetos que visassem para a conscientização, a prevenção e o combate de práticas discriminatórias que afetam profundamente a dignidade humana de qualquer população. A educação é um direito assegurado por lei para todos os brasileiros independente de cor, raça, religião e classe social.

## **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

BRAND, Antônio; NASCIMENTO, A. C. **Os povos indígenas nas instituições de educação superior e os desafios da sustentabilidade e da autonomia**. In. GALVÃO, A. C. T.; SANTOS, G. L. (Orgs.). Educação: tendências e desafios de um campo em movimento. Brasília, DF: Liber Livro Editora/ANPED, v. 2, 2008.



BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [ttp://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso: 14 ago. 2021.

Eleotério, Valdênia Rodrigues Fernandes.; PANIAGO, Maria Cristina Lima. *Cyberstalking!?* e suas implicações no espaço escolar. 2021. 187p. (**Dissertação mestrado em Educação**). Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica Dom Bosco. 2021.

FAUSTINO, Rosângela Célia.; NOVAK, Maria Simone Jacomini.; RODRIGUES, Isabel Cristina. O acesso de mulheres indígenas a universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. *Tempo e Argumento*. V. 12, n. 29, p. 2-30, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0103/11456>. Acesso: 23 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo : Loyola, 1990.

OLIVEIRA, Teresa et al. Compreendendo a aprendizagem da linguagem científica na formação de professores de ciências. **Educar**, n. 34, p. 19-33, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/mzCGsM5j6V8B89zMzjsJYHd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 12 set. 2021.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo. Racismo Contra Indígenas: reconhecer é combater. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. Ano 21, v. 28, n. 2, p. 27-56, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/25363>. Acesso: 12 set. 2021.

PINTO, Alejandra Aguilar. Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. **Fazendo Gênero**. N.9, p. 1-10, 2020. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276200140\\_ARQUIVO\\_ApresentFazendoGeneroAleword.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276200140_ARQUIVO_ApresentFazendoGeneroAleword.pdf). Acesso: 23 set. 2021.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. Pesquisando indígenas: o protagonismo das mulheres terrena. **Fazendo Gênero**, n.11, p. 1-12. 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1491841869\\_ARQUIVO\\_ArtigoUFSC.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1491841869_ARQUIVO_ArtigoUFSC.pdf). Acesso: 23 set. 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS  
CURSO DE PEDAGOGIA

**XX SEMANA DE EDUCAÇÃO**

***“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”***

**04 a 06 de novembro de 2021**



SILVA, Maurício José dos Santos.; MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Os desafios e conquistas dos indígenas na educação superior em Mato Grosso do Sul (MS).

**Pedagog. Foco**, Iturama (MG), v. 11, n. 5, p. 109-119, jan./jun. 2016.

SOUSA, Angélica Silva de.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.; ALVES, Láis Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n. 43, p. 64-83, 2021.

VERONESE, Silva Mara. Novas rotas, novos vôos: a mulher ocupando espaço na educação e no trabalho. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. n. 15 e 16, p. 23-39, jul/dez. 2008.